

UMA DESORDEM SILENCIADA? O SUJEITO E A IDENTIDADE EM QUESTÃO

Rossana Dutra TASSO
rossanadt@vetorial.net

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – (Pós-Graduação – Mestrado)

Em se tratando do campo de pesquisa da Análise do Discurso iniciada pelo francês Michel Pêcheux, não há maneira de discutir a noção de sujeito senão através de uma prática de análise que vise a perscrutar sua relação com o sentido, materializada pela linguagem – instância do simbólico. Logo, o discurso se converte em porta de entrada à tentativa de compreensão desse entroncamento **sujeito – sentido – linguagem**, na medida em que possibilita situar na historicidade a observação do modo como se constrói esse sujeito mediante a linguagem.

Com base nesses pressupostos, então, proponho o presente trabalho. Meu intuito é trazer para a questão dos processos pelos quais emergem sujeito e sentido considerações acerca da identidade discursiva. De que forma caracteriza-se a noção de identidade em Análise do Discurso? Como a referida noção determina o sentido? Qual é a sua relação com a identificação? Há uma relação unívoca entre sujeito e identidade? A identidade discursiva e a historicidade mantêm uma relação de que maneira? Essas são as principais perguntas de que, na posição de analista do discurso, pretendo aproximar-me.

Antes de investigar as tramas do aparelho discursivo, penso que se fazem necessárias algumas linhas a respeito da trajetória teórica que a noção de identidade discursiva percorreu em meio à produção de Michel Pêcheux. Somando-se a isso, também, uma curta caracterização a respeito das condições de produção que correspondem ao contexto imediato (seguindo a distinção proposta por ORLANDI, 1999) dos dois textos que servem de corpus à análise. Começo, então, pela revisão teórica.

Quando surge, em 1969, a Análise do Discurso não tem, em seus escritos, uma menção direta à identidade discursiva. A noção de sujeito é estudada tendo em vista as antecipações – representações imaginárias dos lugares sociais que os interlocutores projetam/ocupam nas situações (“objetivamente definíveis” – PÊCHEUX, 1997a), o que gera as posições (representações dessas posições) sobre as quais se engendra todo processo discursivo. Esse imaginário inclui, também, o “ponto de vista dos sujeitos” (ibid.) quanto ao contexto do discurso. O efeito de sentido, assim, contraria a noção de transmissão de informação, como ressalta Pêcheux, enfatizando que o sentido é algo produzido em meio às relações de força específicas a dada

situação. Como se pode inferir, a identidade discursiva estaria, talvez, projetada no lugar social ocupado por um sujeito quando enuncia.

Em parceria com a lingüista Catherine Fuchs, em 1975, o filósofo Michel Pêcheux explicita o quadro epistemológico da Análise do Discurso (materialismo histórico, lingüística e teoria do discurso, vale lembrar), destacando o fato de que tal aparato teórico está atravessado e articulado por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. A partir disso, abre-se espaço para a discussão em torno da interpelação ideológica, que converte sujeitos em sujeitos ideológicos, que se pronunciam, produzem sentidos conforme o lugar que são chamados a ocupar em um aparelho ideológico/uma relação de classes. E tal aparelho, por conseguinte, é recortado por formações discursivas – instâncias em que se materializa o assujeitamento ideológico, na medida em que elas determinam o que pode e deve ser dito pelo sujeito em consonância com as condições de produção em que se insere. No entanto, cabe lembrar que todo esse processo ocorre em nível inconsciente, haja vista que o sujeito é assolado por dois esquecimentos – um, de ordem ideológica (o sujeito se vê como fonte do que diz) e outro, de ordem enunciativa (o sujeito percebe os sentidos como evidentes). A noção de identidade discursiva, aqui, tampouco é explicitada, mas já deixa pistas fundamentais à compreensão daquilo que a teoria propõe no momento seguinte.

Ainda em 1975, porém em *Semântica e Discurso*, Pêcheux faz considerações decisivas quanto à noção de identidade discursiva e sua relação com o modo de constituição do sujeito discursivo. Para o filósofo, no que tange ao fato de a evidência do sentido ser produzida no mesmo instante em que se dá a interpelação do indivíduo em sujeito – graças à identificação com a matriz discursiva (a formação discursiva, doravante FD) que o domina – há “um ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo” (PÊCHEUX, 1997b, p. 265). Isso porque a identificação com dada região de saberes, que poderia resultar em algo como “a gênese do ego”, é algo imaginário, simulado pela transparência de sentido que a FD faculta ao sujeito. Logo, a partir de tal consideração, penso ser possível tecer pelo menos três grandes conseqüências a respeito da relação sujeito/identidade.

A primeira delas, diria eu central, aponta o princípio de que, na teoria da Análise do Discurso Francesa, **identidade é sentido**, como resultado da relação sujeito/sentido acarretada pela FD desde sua determinação/interpelação ideológica. É na materialidade lingüística do discurso, no entanto, que se fazem perceber as marcas que denotam o movimento como característica da produção do sentido, pois aí se observa a resistência da aparente sistematicidade significativa – linearidade, transparência, coesão e coerência – em meio à liberdade e à originalidade em que o sujeito se aliena. Além disso, nota-se igualmente a multiplicidade de sentido que repousa sobre a instância do significante, gerando a ambigüidade e a opacidade que nem mesmo a determinação da FD consegue deter.

A segunda consequência deriva dessa primeira. Sendo a identidade produto do modo como se constroem as tramas (imperfeitas) que embasam o sentido, e este estando fadado à multiplicidade, (pela incorporação/dissimulação dos discursos outros, do interdiscurso), a **identidade discursiva é, então, uma unidade imaginária**. A respeito disso, assim se pronuncia Pêcheux:

“(...) diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual se articula por ‘co-referência’. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito (...)” (1997b, p. 167, grifos do autor)

Se cada um é “uma incorporação-dissimulação” de outros, resta a pergunta: de que maneira essa alteridade se incrusta no sujeito e nele passa a fazer morada, tornando a identidade uma representação, um engodo de unidade e transparência? Através da armadilha do significante, que apenas simula uma completude, como lembra MILNER (1987), devido ao fato de ser sua principal característica a face do real – o impossível, **a falta**. É na tentativa de preencher/controlar o sentido como embate à falta que o sujeito se lança à exterioridade, internalizando saberes de diferentes direções ideológicas. A falta do significante é, portanto, o motor da heterogeneidade na identidade discursiva, o que se estende à compreensão do sujeito como produto de atravessamentos, “estranhos” e “desconhecidos” a ele mesmo. FERREIRA (2004, p. 50) resume essa questão, afirmando que “na tensão entre a falta e a resistência, no embate entre o impossível e a contradição, aí vai emergir o estranho que atravessa o território da análise do discurso”.

A terceira consequência vem da consideração de que embora a identidade discursiva seja dispersa pela multiplicidade de matrizes de sentido que se sobrepõem ao sujeito e assujeitam-no, o efeito de sentido que através delas se produz também é marcado pelo múltiplo, porém não é qualquer um. Conforme destaca ORLANDI (2004), **a historicidade** funciona como uma baliza ao sentido: em meio à dispersão, o sujeito é convocado a enveredar por determinados caminhos e não por outros possíveis. Isto é, a historicidade age na vinculação do sujeito a determinadas formações discursivas e na exclusão de outras, como resultado da perspectiva althusseriana de sujeito na história, sujeito que se constitui pelos sentidos promovidos, referendados e até mesmo abafados pelos processos históricos. Portanto, não há dados na história com que trabalha a Análise do Discurso; há fatos reclamando interpretações (ORLANDI, 1999). Subseqüentemente, estando a historicidade no sentido, ela está inclusive na identidade, determinando a configuração discursiva que constitui o sujeito.

No percurso que propus para discutir essas três conseqüências acerca da relação identidade/sujeito em Análise do Discurso, é possível constatar que a falta, característica do significante e, por extensão, do sujeito, subjaz minhas considerações. A falta da identidade se faz presente no sentido (pelo silêncio que sobre ele repousa, jogando-o sempre a um devir; como explica ORLANDI, 1997, p. 11, “as palavras transpiram silêncio”), no conceito de unidade imaginária (a própria unidade, na condição de engodo, é uma falta) e na historicidade (pela ausência de cronologia/linearidade na disposição dos fatos – acontecimentos e seus sentidos – que ela engendra). Assim sendo, resta averiguar como é que a partir dessa falta o sujeito é capaz de marcar-se na superfície lingüística, no modo como produz a si e ao sentido, deixando os processos que (des)configuram sua identidade num jogo de “esconde-mostra”. Para isso, trago a seguir a análise de duas seqüências discursivas de referência (SDR) que, como define COURTINE (1982), são fragmentos orais ou escritos maiores que a frase, que possibilitam a organização do *corpus* analítico.

As duas SDR que analiso têm, em comum, o fato de tratarem da opinião que seus sujeitos enunciadores, todos mulheres, têm a respeito da identidade de seu gênero, ou seja, sobre o que é ser mulher. Outro fator comum às seqüências é o lugar onde se deu a escrita: o ambiente universitário. A diferença entre elas está na área de saber que cada uma representa: saúde (curso de Medicina) e educação (curso de Pedagogia – Educação Infantil).

Começo pela seqüência da estudante de Medicina:

SDR 1

O que é ser mulher?

Ser mulher não é uma tarefa muito fácil, principalmente quando se analisa o passado. Hoje, ser mulher é tentar provar que, no passado, o conceito que tinham da mulher era totalmente equivocado. Para isso é necessário ser gente e mostrar que temos valor...

A marca da interrogação inicial, bem como o período frasal que tenta servir-lhe de resposta, já é um indício da presença da falta. A indeterminação que repousa sobre “principalmente quando se analisa o passado” abre a materialidade lingüística a um “bombardeio” de sentidos que a história disponibiliza para o “ser mulher” ao longo dos tempos, conforme os acontecimentos que nela repercutem e se fazem perceber pela prática do discurso, que os recupera e atualiza.

Assim, na tentativa de preencher, completar essa falta que está na cadeia significativa “ser mulher”, diferentes formações discursivas podem cruzar-se, produzindo distintos efeitos de sentido. Que dizeres a história registra em torno do ser mulher? Pode ser o da ratificação de uma posição inferiorizada do feminino ante a sociedade, através daquelas práticas que visam a evidenciar a supremacia masculina, tais como a limitação da mulher ao espaço privado, à

rotina doméstica. Outro dito, aliado a esse, é o do imperativo à maternidade, revestido pelo princípio da naturalidade e calcado na predisposição biológica. Soma-se a esses dois aquele que fomenta a delicadeza, a paciência, a fragilidade, a resignação e a afeição como marcas próprias do feminino. Destaque-se que todos esses efeitos estão interligados por uma espécie de “valorização” de um potencial “natural” do feminino.

No entanto, imediatamente à mobilização desses sentidos, aqueles que lhes são antagônicos também ressoam. Logo, opõem-se à supremacia masculina os discursos produzidos em meio à militância feminista, que buscam a ascensão da mulher – seja por meio de uma posição de igualdade ante o gênero masculino, ou por meio da consideração das diferenças entre os papéis destinados a cada gênero sem estigmatizá-los, ou até mesmo via a demarcação de uma superioridade feminina. Com isso, nega-se toda a “naturalidade” estampada no “ser mulher” e que garante a superioridade masculina. O feminino, nessa outra região de saberes, então, está determinado uma espécie de resistência àquele conjunto de já-ditos de que “ser mulher” é ser a “rainha do lar”, ser mãe, ser amável – passiva e subserviente.

Esses sentidos que aqui levantei, e que podem ser agrupados em duas posições-sujeito antagônicas entre si – a da naturalidade e a da resistência – no que tange ao “ser mulher”, denotam o que antes eu afirmara em uma das remissões a Orlandi. A falta significativa possibilita que o sentido seja múltiplo, mas não qualquer um. Em torno do “ser mulher”, são esses os sentidos que a historicidade faz gravitar. E os sujeitos os acionam conforme a interpelação ideológica que os determina: incluindo uns e excluindo outros.

A partir disso, volto à SDR 1. Ainda que expressões constantes na superfície lingüística possam lançar o sujeito à dispersão do sentido e de si mesmo, o discurso que se produz para o “ser mulher” não foge à baliza da historicidade. “O passado” do ser mulher aciona uma memória específica de dizeres para descrever o feminino, apontando por conseqüência a posição-sujeito que organiza os saberes na seqüência e inclusive o interdiscurso que está em sua margem. Assim, o sujeito-enunciador de SDR 1 marca em sua escrita pistas que denotam sua identificação com aqueles saberes próximos à posição de resistência na caracterização do “ser mulher”, segundo o que antes expus. A indeterminação fica sugerida pela falta significativa, mas, na tentativa de controlar o sentido, o sujeito acaba por evidenciar os processos que estão na base de sua identidade. Em decorrência das expressões “é necessário ser gente” e “mostrar que temos valor”, é possível inferir que o “totalmente equivocado” constante “no passado” do ser mulher, para essa posição-sujeito que aqui se assoma, é a propagação da passividade e a subserviência, que não permitem “ser gente” (paráfrase de “tomar uma posição nas práticas sociais”) nem “ter valor” (paráfrase para “ser ativo, ser importante, e não ‘um homem diminuído’”).

Em SDR 2, escrita por uma acadêmica do curso de Pedagogia, os sentidos convergem em uma posição-sujeito distinta de SDR 1:

SDR 2

Ser mulher...

É dar a “vida”;

Ser sensível;

Lutar por seus direitos – mercado de trabalho;

Acredito que a mulher, mais do que o homem, cuida e ama sua família
– é mais preocupada.

Novamente, a indeterminação fica mais restrita ao início da seqüência, pois em seguida aparecem marcas que tornam possível a compreensão dos processos pelos quais emergem sentido e sujeito, ou seja, as tramas de identidade discursiva. Desse modo, as aspas que encerram o vocábulo “vida” juntam-se às reticências da introdução e lançam o vocábulo à multiplicidade, mas esta é contida pela historicidade, que permite a circulação do sentido por pelo menos três principais posições, sendo duas delas convergentes entre si. Entendo a primeira como sendo dar a “vida” uma paráfrase para a ratificação do imperativo da maternidade; ser mulher é ser mãe, gerar um filho em seu ventre. A segunda, por sua vez, engloba esse outro, porque “dar a vida” pode também ser sinônimo da dedicação ao filho, que a maternidade requer da mulher desde a gestação; a mulher transpõe sua vida à do filho. Já a terceira posição contraria essas duas, na medida em que “dar a vida” pode representar engajar-se na busca por um lugar em meio às práticas sociais, que não o da dependência, da resignação e da subserviência. Logo, é até possível concluir que, assim descritas, as duas primeiras posições se sobrepõem, indicando uma mesma posição-sujeito, oposta à que determina a terceira via de sentido.

Se forem essas as alternativas mais salientes para um provável sentido de “dar a vida”, qual delas prepondera, tenta controlar o discurso que SDR 2 constrói para o “ser mulher”? Percorrendo a materialidade lingüística, encontram-se marcas como “ser sensível” e “a mulher, mais do que o homem, cuida e ama sua família – é mais preocupada”. Cotejando-as com o “dar a vida”, que abre a seqüência, acredito que a primeira posição-sujeito, a da ratificação da naturalidade, é a predominante. A mulher é “naturalmente” “sensível” e “mais preocupada” do que o homem; é isso o que os processos histórico-sociais acabam por incutir nos sujeitos desde seu assujeitamento ideológico.

Entretanto, estando a identidade discursiva suscetível a deslocamentos, a reconfigurações, a atravessamentos de distintas direções, próprios da multiplicidade que a falta do significante fomenta, a heterogeneidade se torna uma presença. Na tentativa de controlar/calar essa falta que o cinde, o sujeito se dispersa pela exterioridade, reunindo em si não apenas sentidos convergentes. Como prova disso, o fato de que, embora a posição de “naturalidade” do ser mulher prevaleça nessa seqüência, ela não é capaz de dirimir a possibilidade de que a outra posição – a da resistência – deixe os traços de sua determinação em SDR 2: observe-se a passagem “lutar por seus

direitos – mercado de trabalho”. Relaciono isso ao que afirma ORLANDI (1999, p. 70): “o discurso é uma dispersão de textos [já-ditos, acrescento], e o texto [a materialidade lingüística] é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto”. Se o sujeito é descentrado pela multiplicidade, não há como conceber sua escrita/seu discurso como destoante disso. O mesmo vale para a constituição de sua identidade discursiva; o diferente, o outro tem lugar no que se imagina como “um”.

Observo, a partir dessas análises, que o curso de Medicina como lugar enunciativo está mais propenso a permitir uma tomada de posição de questionamento para “a naturalidade” que envolve o feminino do que o curso de Pedagogia. Uma explicação pode ser a consideração de que a presença feminina na profissão de médico é, ainda, menos representativa em termos estatísticos do que na profissão de professor, que desde muito é tida como “a mais adequada” para a mulher, graças à “natureza” feminina. Logo, conforme SDR 1, ser uma médica é optar por ir de encontro a muitos dos preceitos que são reproduzidos nas práticas sociais como modelos do ser mulher; é questionar; é pontuar outras diretrizes na história do feminino, que não a mera reprodução do que se esconde sob a face do “natural”. Aproximando isso da identidade, entendo que tanto no questionamento quanto na reprodução, o outro sempre é uma presença, mesmo que silenciada.

Como conclusão, creio que pude ilustrar o funcionamento daquelas três conseqüências que teci a respeito da falta na identidade discursiva. O assujeitamento ideológico que sofrem os sujeitos tem na falta –do significante, do sentido e também deles próprios, por extensão – sua possibilidade. A ideologia está no desejo (desencadeado pelo embate do sujeito com a falta), que move o sujeito em meio às redes de sentido que a história disponibiliza, ao mesmo tempo em que promove “um ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo”, como ensina Pêcheux. Ainda que a ideologia “dite os rumos”, quer dizer, determine que o sujeito deva vincular-se a certas matrizes de sentido e afastar-se de outras, contudo, ela não age sobre todos de maneira igual nem é capaz de impedir que a contradição faça morada – para isso, o significante teria que encerrar em si o sentido, garantir a completude. Para dirimir sua condição faltante, então, o sujeito convoca a exterioridade (que passa a ser não mais algo plenamente “estrangeiro”) e faz de sua identidade uma **aparente** unidade, ou melhor, uma **unidade imaginária**, forjada pela busca (infrutífera) de silenciamento para toda a alteridade e desordem que o constitui. Sem essa ilusão, não há tomada de palavra, não há discurso – não há sujeito em Análise do Discurso. Através da investigação dos processos discursivos que embasam o imaginário do “ser mulher”, foi isso o que tentei discutir.

BIBLIOGRAFIA:

1. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
2. HARTMANN, Fernando. **Ideologia e desejo.** In: CD-ROM do I Seminário de Estudos em Análise de Discurso – Michel Pêcheux e Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação, 2003.
3. PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002 (original de 1983).
4. PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-251 (original de 1975).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. COURTINE, Jean-Jacques. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. In: **Philosophique**, 1982.
2. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise de discurso e psicanálise: Uma estranha intimidade. In: **Correio da APPOA**. Porto Alegre: n° 131, ano XI, dez.2004, p. 37-52.
3. MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
4. ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos.** 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
5. _____. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

6. _____. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

7. PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GATED, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997a, p. 61-105. (original de 1969)

8. _____. **Semântica e discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b (original de 1975).